

Demonstrações Contábeis

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....1

Demonstrações contábeis auditadas

Balanço patrimonial5

Demonstração do resultado6

Demonstração do resultado abrangente7

Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....8

Demonstração dos fluxos de caixa.....9

Notas explicativas às demonstrações contábeis10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Diretores e Acionistas da
Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.
Boa Vista - RR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração do valor justo dos ativos biológicos

A Companhia registra suas florestas, denominadas ativos biológicos, em seu ativo não circulante, as quais são avaliadas pelo valor justo. Em 31 de dezembro de 2022, o valor justo desses ativos, reconhecido no ativo não circulante da Companhia era de R\$ 27.233 mil. A estimativa de valor justo dos ativos biológicos foi determinada levando-se em consideração diversas premissas, tais como: índice de crescimento das florestas, taxas de juros para descontos dos fluxos de caixa, estimativas de produtividade e preço da madeira em pé. Este assunto está divulgado nas notas explicativas 4.3 e 10 às demonstrações contábeis.

Esse tema foi considerado um principal assunto de auditoria devido à relevância dos valores dos ativos registrados pela Companhia, às incertezas inerentes a esse tipo de estimativa e ao julgamento necessário que deve ser exercido pela administração na determinação das premissas de cálculo do valor justo dos ativos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) utilização de profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia utilizadas pela Companhia, em particular relacionadas às estimativas de índice de crescimento das florestas, taxas de juros para descontos dos fluxos de caixa, estimativas de produtividade e preço da madeira em pé; (ii) avaliação da razoabilidade das projeções feitas pela Companhia para mensuração do valor justo do ativo biológico; (iii) realização de testes documentais para garantir a integridade e precisão dos dados utilizados na base de cálculo do valor justo; e (iv) revisão da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de mensuração do respectivo valor justo.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo dos ativos biológicos, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas consideradas para a mensuração do valor justo dos ativos biológicos adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 4.3 e 10, são apropriados, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza (CE), 01 de abril de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F



Thiago Alexandre de Souza Silva
Contador CRC-PE 021265/O

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021		Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	125	17.149	Fornecedores	11	10.031	6.715
Aplicações financeiras	6	5.398	-	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		27	-
Contas a receber	7	4.529	-	Obrigações fiscais e outros		426	-
Estoques	8	2.952	3.260	Partes relacionadas	14	394	-
Impostos a recuperar		1.377	210	Passivo arrendamento		288	131
Despesa antecipada		494	130	Debêntures	12	12.820	35.520
Partes relacionadas	14	425	394			<u>23.986</u>	<u>42.366</u>
		<u>15.300</u>	<u>21.143</u>				
Não circulante				Não circulante			
Aplicações financeiras	6	6.933	-	Fornecedores	11	9.020	12.898
Ativo direito de uso		1.845	932	Debêntures	12	124.570	75.499
Imobilizado	9	133.696	117.499	Passivo arrendamento		389	772
Ativo biológico	10	27.233	27.314			<u>133.979</u>	<u>89.169</u>
		<u>169.707</u>	<u>145.745</u>				
Total do ativo		<u>185.007</u>	<u>166.888</u>	Patrimônio líquido	15		
				Capital social		37.660	37.660
				Prejuízos acumulados		(10.618)	(2.307)
						<u>27.042</u>	<u>35.353</u>
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u>185.007</u>	<u>166.888</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Demonstração do resultado do exercício
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	16	32.079	-
Custos operacionais	17	(22.744)	-
Lucro bruto		9.335	-
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais	18	(2.558)	(1.447)
Depreciação		(3.511)	(58)
Outras Receitas (despesas) Operacionais		-	5
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro		3.266	(1.500)
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	19	(13.193)	(227)
Receitas financeiras	19	2.652	670
Prejuízo antes do imposto de renda e contrivbuição social		(7.275)	(1.057)
Imposto de renda e contribuição social	20	(1.036)	-
Prejuízo do exercício		(8.311)	(1.057)
Quantidade média ponderada de ações		37.658.784	37.658.784
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária - R\$		(0,22)	(0,03)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo do exercício	(8.311)	(1.057)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	<u>(8.311)</u>	<u>(1.057)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamento futuro aumento capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	22.035	16.145	(1.250)	36.930
Integralização de capital	15.625	(15.625)	-	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	(520)	-	(520)
Prejuízo do exercício	-	-	(1.057)	(1.057)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	37.660	-	(2.307)	35.353
Prejuízo do exercício	-	-	(8.311)	(8.311)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	37.660	-	(10.618)	27.042

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(8.311)	(1.057)
Ajustes por:		
Rendimento aplicação financeira	(2.587)	-
Depreciação	3.511	58
Juros sobre arrendamento mercantil	196	112
Juros sobre debêntures	12.962	-
(Aumento) redução de ativos e passivos operacionais		
Adiantamento Fornecedores	-	5.593
Contas a receber	(4.529)	-
Estoques	3.101	(1.925)
Impostos a recuperar	(1.167)	(210)
Despesas antecipadas	(365)	(130)
Fornecedores	(562)	18.648
Obrigações trabalhistas e previdenciária	27	-
Obrigações fiscais e outros	426	(53)
Pagamento de juros sobre debêntures	(10.017)	-
Pagamento de juros sobre arrendamentos	(89)	(26)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	<u>(7.404)</u>	<u>21.010</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(9.744)	-
Direito de uso	(1.024)	(824)
Aquisição de imobilizado	(10.914)	(53.398)
Aquisição ativo biológico	(2.712)	(28.649)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(24.394)</u>	<u>(82.871)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	-	-
Captação de debêntures, líquido dos custos de transação	19.600	75.541
Pagamento de debêntures - principal	(4.856)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(520)
Obrigações com arrendamento	(333)	667
Partes relacionadas	363	(394)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>14.774</u>	<u>75.294</u>
(Aumento) redução do caixa e equivalentes de caixa	<u>(17.024)</u>	<u>13.433</u>
No início do exercício	17.149	3.716
No fim do exercício	125	17.149
(Aumento) redução do caixa e equivalentes de caixa	<u>(17.024)</u>	<u>13.433</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações sobre a Companhia

A Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A. (“Companhia” ou “Bonfim”) é uma subsidiária direta da Oxe Participações S.A. (“Oxe” ou “Acionista”), e foi constituída em 30 de agosto de 2019 como sociedade por ações de capital fechado, com sede na Rua Levindo Inácio de Oliveira, n. 1.117, sala 1, bairro Paraviana, Boa Vista/RR.

A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico – SPE) de implantar e explorar o potencial energético da Central Geradora Termelétrica Bonfim (“CGT Bonfim”). A CGT Bonfim é uma usina termelétrica movida à biomassa (energia renovável), localizada no município de Cantá, no Estado de Roraima, e possui uma potência líquida de 8,163(*) MW. A Companhia poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico.

Conforme as resoluções autorizativas Nº 8.051 e Nº 8.390 da ANEEL, a Companhia possui autorização para explorar a CGT Bonfim, sob o regime de produção independente de energia elétrica, pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos. A CGT Bonfim sagrou-se vencedora do Leilão 001/2019 da ANEEL (“Leilão”), realizado em 31 de maio de 2019. Nos termos do Leilão, a Companhia assinou com a Roraima Energia S.A. o Contrato de Comercialização de Energia Elétrica e Potência nos Sistemas Isolados (“CCESI”), que estabelece os termos e as condições da contratação de energia elétrica e potência associada efetuada entre as partes, pelo prazo de 15 (quinze) anos. Em 13 de outubro de 2021, a diretoria da ANEEL, através do despacho Nº 3.225, postergou o período de suprimento do CCESI, que passou a ser de 1 de outubro de 2021 até 30 de setembro de 2036.

UTE	Resolução da ANEEL	Data da resolução	Prazo da autorização	Potência líquida (MW)
CGT Bonfim	8.051	06/08/2019	35 anos	8,163

(*) não auditado.

A UTE Bonfim iniciou sua entrada em operação comercial a partir de 12 de abril de 2022, mediante deliberação do Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração da ANEEL, através do Despacho Nº 970 de 11 de abril de 2022.

1.1. Impactos do Covid-19

A Companhia não identificou efeitos financeiros e econômicos significativos decorrentes da Covid-19 nas demonstrações para o período findo em 31 de dezembro de 2022.

Desde o início da pandemia, em meados de março de 2020, a Companhia mantém as medidas de distanciamento social e higiene previstas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), visando proteger a saúde e a segurança de seus colaboradores, tendo retornado às suas atividades presenciais no segundo semestre de 2021. A Companhia continuará monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações contábeis.

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

1.2. Impactos frente à invasão da Ucrânia pela Rússia

Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia iniciou uma invasão militar na Ucrânia, marcando uma escalada acentuada do conflito existente entre estes países. A invasão recebeu ampla condenação da comunidade internacional, incluindo sanções impostas com o objetivo de paralisar a economia russa.

Como resultado da invasão, os preços do petróleo apresentaram alta expressiva, encerrando o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 cotados aproximadamente a US\$ 80, o barril. Outro índice que apresentou flutuação foi o câmbio, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a queda do dólar frente ao real foi de, aproximadamente, 6,5% em relação a 31 de dezembro de 2021.

A inflação mundial, com os efeitos da guerra sobre a cadeia de suprimentos, também apresentou pressão de alta. A invasão ocasionou aumento de taxa de juros, crescimento nos custos dos insumos utilizados pelas controladas da Companhia e redução do poder econômico da população. Todos esses efeitos estão sendo monitorados pela Companhia e foram considerados nas suas informações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

1.3. Licenças Ambientais

A Companhia está em fase operacional da CGT Bonfim e do respectivo sistema de transmissão de interesse restrito. Nesse contexto, a Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima ("FEMARH-RR") concedeu: (i) Licença de Operação N° 038/2022/DLGA/DLAIIS referente à operação de linha de transmissão de 69 KV, com validade até 14 de abril de 2026; (ii) a Licença de Operação N° 039/2022/DLGA/DLAIIS referente à operação da subestação seccionadora "Mata-Mata", com validade até 14 de abril de 2026; e (iii) a Licença de Operação N° 013/2022/DLAIIS referente às operações da usina, com validade até 23 de março de 2026.

1.4. Benefícios Fiscais

Atualmente, a Companhia possui os benefícios fiscais relativos (i) ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura ("REIDI"); e (ii) à Lei estadual 215/98 ("Lei 215/98").

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

1.4. Benefícios Fiscais--Continuação

Conforme Portaria Nº 3/2020 do Ministério de Minas e Energia e Ato Declaratório Executivo DRF/MNS Nº 76/2020, a Companhia foi habilitada para operar no REIDI. O REIDI foi instituído através da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e beneficia com a suspensão da exigência da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre bens e serviços os projetos voltados à implantação de infraestrutura nos setores de energia, transportes, portos, saneamento básico e irrigação.

Conforme Decreto Nº 29.836-E/2021, a Companhia está isenta dos tributos previstos na competência do Estado de Roraima, na qualidade de integrante do Projeto de Exploração Agropecuária e Agroindustrial do Estado de Roraima, conforme disposto na Lei nº 215, de 11 de setembro de 1998.

1.5. Continuidade operacional

As demonstrações contábeis foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de passivos financeiros conforme os prazos divulgados na nota explicativa 21.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu prejuízo do exercício de R\$ 8.311 (prejuízo de R\$ 1.057 em 31 de dezembro de 2021) e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R\$ 8.685 (R\$ 21.223 negativo em 31 de dezembro de 2021). O balanço patrimonial apresenta capital circulante líquido negativo, principalmente, pelo fato da Companhia apresentar em seu passivo de debêntures valores reconhecidos para todo o prazo dos contratos, e, em contrapartida apresenta-se somente um único mês de recebível decorrente de venda de energia no ativo circulante. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que suas operações são suportadas pela geração de caixa dos contratos de longo prazo firmados para fornecimento de energia, representando condições adequadas para cumprir as obrigações.

A Administração concluiu que não existe grau de incerteza sobre a capacidade da Companhia continuar operando e liquidar seus passivos financeiros pelos próximos 360 dias.

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Contrato de comercialização de energia elétrica

2.1. Contrato de Comercialização de Energia Elétrica e Potência nos Sistemas Isolados ("CCESI")

Em decorrência do certame licitatório para aquisição de energia elétrica e potência no sistema isolado de Roraima, realizado em 31 de maio de 2019, conforme o edital do Leilão 001/2019 da ANEEL, a Companhia e a concessionária de distribuição local assinaram o CCESI, o qual trata do suprimento de energia elétrica e potência associada visando ao atendimento do mercado consumidor da área de concessão da concessionária. Conforme a regulamentação do setor elétrico, a concessionária tem como uma de suas prioridades o pagamento do suprimento de energia elétrica, para a devida prestação do serviço público de distribuição. Nesse sentido, o CCESI prevê a assinatura do Contrato de Constituição de Garantia ("CCG") pelas partes e pelo banco gestor com a finalidade de garantir o cumprimento das obrigações de pagamento da concessionária.

2.2. Contrato de Constituição de Garantia ("CCG")

O CCG tem por objeto estabelecer os termos e condições de cumprimento da obrigação de pagamento da concessionária para Companhia, conforme definido no CCESI, mediante: (i) a vinculação de parte da receita da concessionária; e (ii) a regulamentação de todos os termos e condições segundo os quais o banco gestor irá atuar como banco mandatário, depositário e responsável pela centralização e administração de fluxos de recursos da conta centralizadora, da conta vinculada e da conta reserva, para fins de pagamento do CCESI.

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução da diretoria em 01 de abril de 2023.

3.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado, quando requerido nas normas.

3.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais, foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis-- Continuação

3.3.1. Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre julgamentos, incertezas sobre premissas e estimativas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 13 - Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários: Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos;
- Nota Explicativa nº 10 - Valor justo dos ativos biológicos: Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas na nota 4.3.
- Nota Explicativa nº 21 - Instrumentos financeiros: Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.

(a) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis— Continuação

3.1.1. Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças, quando aplicável.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 15 - Instrumentos financeiros.

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 4.13.2.

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento ou liquidez de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.2. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido – dos dois, o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas: custo de aquisição segundo o custo médio; e
- Produtos acabados e em elaboração: custo dos materiais diretos e mão de obra, e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

No caso do estoque de madeira colhida em campo e do estoque de cavaco de madeira, os saldos compreendem os custos da matéria prima (biomassa) e os respectivos custos diretos na produção dos estoques.

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.3. Ativo biológico

O ativo biológico da Companhia é composto por (i) um plantio maduro de *acacia mangium* adquirido de terceiros; e (ii) um plantio em formação de eucalipto iniciado pela Companhia em 2021. O ativo biológico é mensurado ao valor justo, deduzido dos custos estimados de venda no momento que atingem o ponto de colheita e/ou corte. No caso do plantio de eucalipto, dado o estágio inicial do plantio, o custo incorrido para formação da floresta é considerado como o valor justo desse ativo biológico.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem.

Os ativos biológicos da Companhia (florestas maduras e imaturas), são compostos por plantações de *acacia mangium* e eucalipto, respectivamente, ambos destinados a produção de energia.

A florestas de *acacia mangium* foram adquiridas em 31 de dezembro 2021, e nessa data o valor da transação foi considerado como o valor justo.

Para a data de 31 de dezembro de 2022, na mensuração da floresta de *acacia mangium* foi utilizada a abordagem da receita ("*income approach*") para determinação do seu valor justo, através do método de fluxo de caixa descontado, de acordo com o planejamento da colheita, projetado em função da demanda das usinas.

As premissas utilizadas na mensuração do valor justo são revisadas anualmente, pois a Companhia considera que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do valor justo dos ativos biológicos registrado contabilmente.

As florestas de eucalipto, atualmente com idade inferior a 02 ou 03 (dois ou três) anos, são mantidas contabilmente pelo seu custo de formação. Já as áreas de preservação ambiental permanente não são registradas contabilmente, por não se caracterizarem como ativos biológicos.

O valor da exaustão dos ativos biológicos é mensurado pela quantidade de madeira cortada, avaliada por seu valor justo.

Os ativos biológicos quando mensurados a valor justo consideram certas estimativas, tais como: preço de madeira, taxa de desconto, plano de colheita das florestas e produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.4. Imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)

Os ativos imobilizados são registrados ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Depreciação

A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, será calculada a partir do início das operações, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009, nº 474, de 7 de fevereiro de 2012 que, no entendimento da Administração, se aproximam das vidas úteis dos ativos em formação.

A autorização para exploração do potencial termelétrico da CGT Bonfim, como produtora independente de energia elétrica, vigorará pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica não passarão a integrar o patrimônio da União.

4.5. Custos de debêntures

Custos de debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de debêntures são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Os custos de debêntures compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos à operação.

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.6. Arrendamentos

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e o correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja a arrendatária, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Companhia usa sua taxa incremental de captação.

4.7. Receitas de venda de energia elétrica

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.7. Receitas de venda de energia elétrica--Continuação

A energia produzida nas transações de geração e venda de energia da Companhia é registrada na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e é classificada em:

- (i) ACR (Ambiente de Contratação Regulado) - Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Regulado.

Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir:

- (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes;
- (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato;
- (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente através da entrega da energia, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados;
- (iv) Sem histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

4.8. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem juros sobre o arrendamento mercantil, despesas de multas, acréscimos moratórios e tarifas bancárias.

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.9. Instrumentos financeiros

4.9.1. Reconhecimento e mensuração inicial

O Contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

4.9.2. Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.9. Instrumentos financeiros--Continuação

4.9.2. Classificação e mensuração subsequente--Continuação

(a) Ativos financeiros--Continuação

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(b) Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.9. Instrumentos financeiros--Continuação

4.9.2. Classificação e mensuração subsequente--Continuação

(b) Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio--Continuação

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação a Companhia considera:

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.9. Instrumentos financeiros--Continuação

4.9.2. Classificação e mensuração subsequente--Continuação

(c) Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros--Continuação

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.9. Instrumentos financeiros--Continuação

4.9.2. Classificação e mensuração subsequente--Continuação

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

4.9.3. Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.9. Instrumentos financeiros--Continuação

4.9.3. Desreconhecimento--Continuação

(c) Reforma na taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Companhia atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- A mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- A nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior, ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Companhia aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

4.9.4. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.10. Capital Social

4.10.1. Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos.

4.11. Redução ao valor recuperável (*impairment*) – Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.11. Redução ao valor recuperável (*impairment*) – Ativos não financeiros--Continuação

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Considerando que a Companhia não possui ágio contabilizado em suas demonstrações contábeis, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. A Companhia informa que no período em questão não houve perdas por redução ao valor recuperável.

4.12. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.13. Provisões para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias

As provisões para processos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.14. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A partir de 01 de janeiro de 2023, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	IFRS	07/05/2021	01/01/2023	Não aplicável à Companhia
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20 Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; e CPC 39 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora.	Classification of Liabilities as Current or Non-current; Extension of the Temporary Exemption from applying IFRS 9; Definition of Accounting Estimates; Disclosure of Accounting Policies; e Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction	01/03/2022	01/01/2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis—Continuação

4.14. Novas normas e interpretações ainda não efetivas--Continuação

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21 Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 03 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidência; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; CPC 38 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.	IFRS 9 e IFRS 17	03/11/2022	01/01/2023	Não aplicável à Companhia
Alteração no IFRS 16 O IASB emitiu alterações referentes aos contratos de arrendamentos em transações de sale and leaseback	IFRS 16	Emissão a nível de IASB	01/01/2023	Não aplicável à Companhia

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários à vista	118	4.942
Aplicações financeiras (a)	7	12.207
Títulos públicos	-	12.206
Outros	7	1
	125	17.149

Em 31 de dezembro de 2022, referem-se às aplicações financeiras de liquidez imediata em letras do tesouro direto – LFT com lastro em NTN (Notas do Tesouro Nacional). Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2). A carteira global é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 31 de dezembro de 2022 equivale a 104% do CDI.

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

6. Aplicações financeiras

	31/12/2022	31/12/2021
Fundo de investimentos Itaú	5.398	-
Conta Centralizadora (a)	6.933	-
Total	12.331	-
Circulante	5.398	-
Não circulante	6.933	-

- (a) O saldo refere-se a garantias requeridas em contrato das debêntures emitidas. Vide item (iii) do tópico de Garantias constantes na Nota 12 – Debêntures. As aplicações podem ser resgatadas em caso de inadimplência da Companhia ou ao final do contrato.

7. Contas a receber

	31/12/2022	31/12/2021
Valores a faturar	4.529	-
	4.529	-

O faturamento da Companhia provém da comercialização de energia elétrica gerada a partir da combustão de biomassa (cavaco de madeira), nas usinas termelétricas. As usinas iniciaram a fase de testes em fevereiro de 2022, passando a comercializar a energia gerada a partir de abril do mesmo ano. Atualmente, a Companhia possui como único cliente a distribuidora Roraima Energia S.A, responsável pela distribuição de energia elétrica em todo o estado de Roraima.

8. Estoques

	31/12/2022	31/12/2021
Insumos para plantio (a)	1.730	24
Madeira colhida em campo (b)	613	1.205
Cavaco de madeira (c)	479	2.031
Combustíveis	130	-
Total	2.952	3.260

- (a) O Estoque de insumos para plantio refere-se ao estoque em poder de terceiros relacionado a adubos, fertilizantes e iscas de formiga. Esses insumos foram adquiridos para o plantio da floresta de eucalipto, ou seja, para a formação do ativo biológico, e encontram-se em poder da empresa Cavaco Forte, contratada pela Companhia para execução do plantio.
- (b) O Estoque de madeira em campo é decorrente da colheita do ativo biológico formado de *acacia mangium*, e
- (c) O Estoque de cavaco de madeira decorrente da picagem e do transporte da madeira colhida. Esse saldo inclui os custos diretos associados a produção desses estoques.

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

9. Imobilizado

(a) Composição do imobilizado

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2022	31/12/2021
Equipamentos de informática	20%	44	37
Máquinas e equipamentos	3,33% a 5,88%	55.061	-
Edificações	2 a 5%	31.470	-
Benfeitorias	3,13% a 6,25%	43.774	-
Móveis e utensílios	6,25%	175	7
Terrenos – Servidão	-	158	134
Terrenos	-	800	-
Obras em andamento (i)	-	1	114.108
Adiantamento a fornecedores (ii)	-	2.213	3.213
Total		133.696	117.499

- (i) Os valores constantes em obras em andamento referente a: contrato de EPC, caldeira, turbogerador, terraplanagem, máquinas e equipamentos relacionados à construção da CGT Bonfim, além dos juros e correção monetária sobre os financiamentos contratados para implantação da usina foram transferidos para as respectivas contas de imobilizado devido a entrada em operação comercial da UTE Bonfim a partir de 12 de abril de 2022, mediante deliberação do Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração da ANEEL, através do Despacho Nº 970 de 11 de abril de 2022.
- (ii) A redução da conta de Adiantamento a fornecedores decorre da transferência do seu saldo para a conta de Obras em andamento. Os contratos de prestação de serviço e de fornecimento de máquinas e materiais para construção da CGT estabeleceram tanto pagamentos de sinais, quanto pagamentos atrelados a eventos. No caso de prestação de serviços, à medida que o serviço foi medido e faturado, houve a transferência entre as contas. No caso de fornecimentos, quando ocorreu a transferência do bem e o faturamento, houve a transferência entre as contas.

(b) Movimentação do imobilizado

	31/12/2021	Adições	Juros debêntures	Transferência	Depreciação	31/12/2022
Equipamentos de informática	37	22	-	5	(20)	44
Máquinas e equipamentos	-	892	-	55.935	(1.766)	55.061
Edificações	-	18	-	31.995	(543)	31.470
Benfeitorias	-	511	-	44.327	(1.064)	43.774
Móveis e utensílios	7	124	-	51	(7)	175
Terrenos – Servidão	134	24	-	-	-	158
Terrenos	-	800	-	-	-	800
Obras em andamento	114.108	7.899	8.683	(130.689)	-	1
Adiantamento a fornecedores	3.213	624	-	(1.624)	-	2.213
	117.499	10.914	8.683	-	(3.400)	133.696

	31/12/2020	Adições	Juros debêntures	Transferência	Depreciação	31/12/2021
Equipamentos de informática	-	37	-	-	-	37
Móveis e utensílios	-	8	-	-	(1)	7
Terrenos-Servidão	121	13	-	-	-	134
Obras em andamento	24.574	52.684	15.467	21.383	-	114.108
Adiantamento a fornecedores	24.596	-	-	(21.383)	-	3.213
	49.291	52.742	15.467	-	(1)	117.499

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

10. Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia compreendem (i) plantios maduros de *acacia mangium*; e (ii) plantios em formação de eucalipto, e são utilizados no processo de produção de cavaco de madeira para atender à demanda da CGT para geração de vapor e de energia elétrica. No caso dos plantios maduros de *acacia mangium*, a aquisição da totalidade dos acervos florestais ocorreu no segundo semestre de 2021.

A partir do exercício de 2022, a Companhia que adotou o Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativos Biológicos, passou a mensurar os seus ativos conforme abordagem da receita através fluxo de caixa descontado, pautado no isolamento de um ativo e apuração da sua rentabilidade excedente em períodos múltiplos ("*Period Excess Earnings Method – MPEEM*"). A mensuração realizada considerou toda a área plantada de *acacia mangium* e seus respectivos volumes projetados com base nas informações do Inventário Florestal. A receita foi obtida com aplicação de preço cotado em mercado, no que se refere as florestas existentes. Em seguida, foram deduzidos custos de manutenção e a contribuição do ativo terra através do arrendamento. Finalmente, os fluxos foram trazidos a valor presente, utilizando a técnica do TAB ("*Tax Amortization Benefit*") para incluir o benefício da amortização fiscal na mensuração a valor justo.

As florestas de eucalipto, atualmente com idade inferior a 2 ou 3 (dois ou três) anos, são mantidas contabilmente pelo seu custo de formação.

	31/12/2021	Custo de formação (a)	(-) Madeira colhida	Reajuste sobre custo de aquisição de Acácia (b)	31/12/2022
Ativo biológico formado (Acácia)	25.332	-	(3.336)	543	22.539
Ativo biológico em formação (Eucalipto)	1.982	2.712	-	-	4.694
	27.314	2.712	(3.336)	543	27.233

- (a) O custo de formação refere-se aos gastos diretamente atribuíveis ao processo de plantio e cultivo da floresta de eucalipto e aos gastos incorridos com a proteção e manutenção das florestas formadas de *acacia mangium* adquiridas de terceiros.
- (b) O custo de aquisição da madeira em pé refere-se ao valor da aquisição do acervo florestal de *acacia mangium* adquirido de terceiros, para a utilização na produção de vapor e de energia elétrica pela usina.

Em 31 de dezembro de 2022, não há ativos biológicos cuja titularidade legal seja restrita, nem há ativo biológico dado em garantia de exigibilidades.

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

11. Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Aquisição de ativo biológico (a)	13.257	17.736
Fornecedores de produtos	637	987
Fornecedores de serviços	5.157	890
	19.051	19.613
Total circulante	10.031	6.715
Total não circulante	9.020	12.898

- (a) Em setembro de 2021, a Companhia adquiriu a totalidade do acervo florestal de *acacia mangium* de um terceiro, com a transferência da posse e da propriedade desse acervo para Companhia. A aquisição foi realizada de forma parcelada, através do pagamento de 48 (quarenta e oito) parcelas mensais e consecutivas a partir de setembro de 2021. A expectativa é de que esta dívida seja liquidada em agosto de 2025.

12. Debêntures

A Companhia realizou duas emissões de debêntures com o objetivo de captar recursos para implantação da CGT. A 1ª emissão foi composta por 20.000 (vinte mil) debêntures, em duas séries, no valor nominal unitário de R\$ 1 (mil reais), perfazendo o montante total de R\$ 20.000 (vinte milhões de reais). A 2ª emissão foi composta por 87.500 (oitenta e sete mil e quinhentas) debêntures, em série única, no valor nominal unitário de R\$ 1 (mil reais), perfazendo o montante total de R\$ 87.500 (oitenta sete milhões e quinhentos mil reais). Para o período findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia captou a totalidade das debêntures da 1ª e 2ª emissão.

Composição

	Vencimento	Indexador	31/12/2022	31/12/2021
1ª série da 1ª emissão	15/03/2031	IPCA + 5,60% a.a.	15.504	12.130
2ª série da 1ª emissão	15/03/2031	IPCA + 5,60% a.a.	15.350	12.010
2ª emissão	15/12/2034	IPCA + 8,50% a.a.	106.992	87.295
(-) Custo com transação com debêntures			(456)	(416)
Total			137.390	111.019
Total circulante			12.820	35.520
Total não circulante			124.570	75.499

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Debêntures--Continuação

Movimentação das debêntures

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	111.019	20.667
Captação	19.639	75.916
Juros sobre debêntures	21.644	14.812
Pagamento de custo de transação	(39)	(376)
Amortização de principal	(4.856)	-
Pagamento de juros	(10.017)	-
Saldo final	137.390	111.020

Cronograma de amortização da dívida

	2022	
	Valor	%
Vencimento		
Circulante	12.820	9,3%
2024	3.921	2,9%
2025	5.012	3,6%
2026	12.094	8,8%
Após 2026	103.999	75,7%
Subtotal	125.026	91,0%
Custo de captação (não circulante)	(456)	-0,3%
Total não circulante	124.570	90,7%
Total debêntures	137.390	100,0%

A Companhia está sujeita a cláusulas financeiras restritivas (“*covenants*”), incluindo, entre outros, restrições quanto à mudança, transferência ou cessão de controle societário, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência do credor, e atingimento de índices financeiros.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

Garantias

As debêntures da 1ª emissão foram garantidas por (i) alienação fiduciária de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, de propriedade da Acionista, nos termos do “Contrato de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças”; e (ii) cessão fiduciária dos recebíveis oriundos do CCESI, nos termos do “Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis em Garantia e Outras Avenças”.

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Debêntures--Continuação

Garantias--Continuação

As debêntures da 2ª emissão são garantidas por (i) alienação fiduciária de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, de propriedade da Acionista, nos termos do “Contrato de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças”; (ii) alienação fiduciária de equipamentos industriais, maquinários e ativos fixos de propriedade da Companhia, necessários para a implementação e operação da usina, nos termos do “Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos em Garantia e Outras Avenças”; e (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes da Companhia, nos termos do “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Direitos Emergentes e Contas Bancárias em Garantia e Outras Avenças”.

13. Provisão para processos trabalhistas, cíveis e tributários

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem ações envolvendo riscos de perda classificados como possíveis, para as quais não há provisão constituída baseado nas práticas contábeis vigentes, no montante de R\$ 10.179 (R\$ 11.215 em 31 de dezembro de 2021). Dos processos em que o risco de perda é classificado como possível, destacam-se as seguintes contingências:

Procedimento arbitral CAM-CCBC nº 85/2021/SEC2

Os assessores jurídicos da Companhia classificam como sendo de possibilidade de perda possível o procedimento arbitral CAM-CCBC nº 85/2021/SEC2 do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), com valor de disputa contra a Companhia (e suas coligadas) de R\$ 8.750. O procedimento foi instaurado em 27 de agosto de 2021 e está em fase processual inicial.

Processo administrativo em curso perante a ANEEL

Adicionalmente, os assessores jurídicos da Companhia classificam como sendo de possibilidade de perda possível o procedimento administrativo decorrente do Termo de Intimação de Penalidade Editalícia (TIPE) da ANEEL. Em caso de condenação, o valor efetivo de eventual penalidade pecuniária dependerá da discussão administrativa acerca dos critérios de dosimetria que serão adotados no caso concreto. A Companhia estima que o valor efetivo de eventual perda poderá ser de até R\$ 1.147.

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Partes relacionadas

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber		
Cantá Geração e Comércio de Energia SPE S.A	139	394
Pau Rainha Geração e Comércio de Energia SPE S.A	139	-
Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A	139	-
Oxe Geração e Comércio de Energia SPE S.A	8	-
	425	394
Contas a pagar		
Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A	(83)	-
Oxe Geração e Comércio de Energia SPE S.A	(311)	-
	(394)	-

15. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 37.660 e está representado por 37.658.784 ações ordinárias, conforme demonstrado a seguir:

	Quantidade de ações ON	%
Oxe Participações S.A.	37.658.784	100,00%
	37.658.784	100,00%

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

16. Receita operacional líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita Bruta	33.293	-
Receita fixa (a)	27.020	-
Receita variável (b)	6.273	-
deduções	(1.214)	-
PIS	(284)	-
COFINS	(930)	-
Total	32.079	-

- (a) Receita fixa é receita de venda de energia contratada por disponibilidade reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. A Companhia possui segurança jurídica em seus contratos de comercialização de energia elétrica e não há expectativa de devoluções.
- (b) Receita variável refere-se à receita de venda de energia fornecida reconhecidas por meio de medições para apuração dos volumes de energia fornecidos. Conforme o CPC 47, a receita de energia fornecida e os custos associados são reconhecidos pela entrega da energia gerada ao cliente.

17. Custos operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Biomassa (a)	(11.606)	-
Operação e Manutenção	(4.929)	-
Custos com pessoal	(915)	-
Serviços de terceiros	(598)	-
TUSD (b)	(607)	-
Seguros	(143)	-
Veículos	(34)	-
Doações (c)	(3.912)	-
Total	(22.744)	-

- (a) A biomassa é o combustível utilizado nas UTE's no processo de geração de energia. O 1º ciclo de biomassa é composto pelas florestas da espécie *acacia mangium*, oriunda de plantios florestais comerciais da região de abrangência das termelétricas. Estas florestas têm como objetivo abastecer as usinas durante os primeiros anos de operação. O 2º ciclo de biomassa é formado por florestas de Eucalipto, gerenciadas pela equipe de Silvicultura da Companhia. O custo de biomassa inclui tanto o custo da madeira em pé, quanto os custos diretos associados à utilização da biomassa;
- (b) Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD) é um encargo legal do setor elétrico brasileiro que incide sobre os consumidores conectados aos sistemas elétricos das concessionárias de distribuição;
- (c) Doação realizada conforme Resolução Normativa ANEEL Nº 68 de 08 de junho de 2014, sendo a Roraima Energia beneficiária para que realize as operações e manutenção da subestação "Mata-Mata", estando a ela destinada somente por ser a atual concessionária da distribuição de energia.

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

18. Despesas administrativas e gerais

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de terceiros	(1.760)	(677)
Assessoria jurídica	(132)	-
Despesas com pessoal	(278)	(655)
Taxas e emolumentos	(61)	(58)
Despesas com viagens	(132)	-
Despesas com serviços técnicos	(70)	-
Serviços de informática	(49)	-
Seguros administrativos	-	(21)
Outros	(76)	(36)
Total	(2.558)	(1.447)

19. Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas Financeiras	2.652	670
Receitas de aplicações financeiras	2.587	670
Outros	65	-
Despesas Financeiras	(13.193)	(227)
Juros sobre arrendamento mercantil	(196)	(112)
Juros sobre financiamento	(12.962)	-
Multas e juros de mora	(1)	(18)
Outros	(34)	(97)
Resultado financeiro líquido	(10.541)	443

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

20. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda	(658)	-
Contribuição social	(378)	-
	(1.036)	-

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022	
	IRPJ	CSLL
Receita bruta do período (Nota 16)	33.293	33.293
(-) Valores a faturar (Nota 6)	(4.529)	(4.529)
Base receita bruta do período	28.764	28.764
Alíquota de presunção do imposto	8%	12%
Lucro presumido	580	870
Rendimento de aplicação financeira	1.061	1.061
Imposto de renda 15% e adicional 10%	658	-
Contribuição 9%	-	378
Despesa com imposto de renda e contribuição social	658	378

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros

21.1. Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, fornecedores, debêntures e arrendamentos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de dívida (covenants), sendo o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD).

21.2. Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorrerem as mudanças.

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.2. Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

(a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2022		2021	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	5.523	5.523	17.149	17.149
Total do ativo			5.523	5.523	17.149	17.149

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2022		2021	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	-	Custo amortizado	19.051	19.051	19.613	19.613
Debêntures	-	Custo amortizado	137.390	137.792	111.019	111.435
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	677	677	903	903
Total do passivo			157.118	157.520	131.535	131.951

O valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado não foi divulgado considerando que se aproxima do valor contábil baseado nas condições estabelecidas, principalmente o curto prazo de vencimento.

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

A Companhia avalia e considera relevante a exposição aos seguintes riscos:

(b) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. As contas a receber de clientes serão formadas por um único cliente, através do CCESl, pelo prazo de 15 anos. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Adicionalmente, uma parcela relevante dos valores devidos no âmbito do CCESl será paga através da sub-rogação da Conta de Consumo de Combustíveis ("CCC"), conta setorial cuja fonte de recursos é pulverizada através do setor elétrico. Assim, não há exposição significativa da Companhia a riscos de crédito ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes.

21.3. Gerenciamento dos riscos financeiros

(a) Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia administra e mensura esses riscos através do planejamento de fluxo de caixa realizado.

Os passivos financeiros existentes abrangem os saldos de debêntures, emitidas através da 1ª emissão, em duas séries, e 2ª emissão, em série única, da Companhia, remuneradas a IPCA + 5,60% a.a., e a IPCA + 8,50% a.a., respectivamente.

A Companhia não possui operações contratadas em moeda estrangeira. Dessa forma, não está sujeita a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.3. Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com maior detalhamento sobre as debêntures captadas pela Companhia são apresentadas na nota explicativa nº 10 - Debêntures.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

(i) Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados:

	De 1 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Total
Fornecedores	10.031	9.020	19.051
Debêntures	12.820	124.570	137.390
Arrendamentos	288	389	677
	23.139	133.979	157.118

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.3. Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

(b) Risco de liquidez--Continuação

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa nº 10, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (covenants). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia.

(c) Risco de taxa de juros

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com o CPC 48, um cenário com os indexadores projetados para 12 meses (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) desses indexadores.

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

Foi incluído ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Operação		Risco do fluxo de caixa associado à taxa de juros					
		Saldo em R\$ (exposição)	Impacto no resultado				
			Cenário Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	5.523	6.227	6.403	6.579	6.051	5.875
Impacto no resultado			176	352	(176)	(352)	
Passivos Financeiros							
Debêntures	IPCA	(136.940)	(145.088)	(147.125)	(149.162)	(143.051)	(141.014)
Impacto no resultado			(2.037)	(4.074)	2.037	4.074	
Efeito líquido no resultado			-1.861	-3.722	1.861	3.722	
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa em 2022	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)		12,75	13,75	15,9375	19,125	9,5625	6,375
IPCA (%12 meses)		5,95	5,79	7,4375	8,925	4,4625	2,975

Fonte: B3

(d) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui debêntures com covenants que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis, além do cumprimento de obrigações. O descumprimento desses índices e obrigações pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente ao cumprimento dos covenants mencionados na nota explicativa nº 10 - Debêntures.

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

(e) Riscos regulatórios e operacionais

A Companhia recebeu autorização da ANEEL para implantar e explorar a CGT Bonfim, sob o regime de produção independente de energia elétrica. Adicionalmente, a CGT Bonfim sagrou-se vencedora do leilão 001/2019 da ANEEL. Nesse contexto, a Companhia está sujeita a regulação específica do setor elétrico brasileiro. Essa regulação estabelece procedimentos, instruções, resoluções, obrigações e penalidades específicas, que devem ser continuamente observadas pela Companhia. A Administração, em conjunto com seus assessores regulatórios, acompanha as normas regulatórios vigentes, além de continuamente interagir com os agentes e entidades do setor.

(f) Riscos ambientais

A política nacional do meio ambiente determina que o funcionamento regular das atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. A Companhia, em consonância com as determinações legais vigentes, busca o atendimento na íntegra, a todos os comandos necessários à perfeita execução do objeto de sua autorização e atividades associadas, por meio da obtenção de todas as licenças ambientais necessárias para a condução das atividades de instalação, operação e manutenção da CGT.

(g) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, do credor e do mercado, e, com isso, manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da empresa através do acompanhamento mensal da realização orçamentária.

A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Diretoria.

Bonfim Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Cobertura de seguros

Seguro de risco de operacional

A Companhia contratou cobertura de seguro de riscos operacionais com o objetivo de garantia do pagamento e/ou o reembolso de quantias devidas e/ou despendidas nas reparações de danos, nos termos da apólice de seguro, causados involuntariamente por danos materiais e lucros cessantes.

Seguro de florestas

A Companhia contratou cobertura de seguro de florestas com o objetivo garantir o pagamento de uma indenização para Companhia, no caso de ocorrência de sinistro relacionado à incêndio, raio ou danos nas florestas de *acacia mangium* e na madeira colhida. Adicionalmente, a Companhia também contratou cobertura de seguro de florestas com o objetivo garantir o pagamento de uma indenização para Companhia, no caso de ocorrência de sinistro relacionado à incêndio, raio, fenômenos meteorológicos e ventos fortes nas florestas de eucalipto.

Seguro de responsabilidade civil geral

A Companhia contratou cobertura de seguro de responsabilidade civil geral com o objetivo de garantia o pagamento e/ou o reembolso de quantias devidas e/ou despendidas nas reparações de danos, nos termos da apólice de seguro, causados involuntariamente a terceiros.

23. Eventos subsequentes

Em 08 de fevereiro de 2023, o Plenário do STF concluiu e finalizou o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde automaticamente os efeitos das decisões transitadas em julgado caso exista pronunciamento divergente e contrário, quando ocorrer em controle concentrado ou sob regime de repercussão geral.

A Companhia avaliou os efeitos reflexos desta decisão e não identificou processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte, por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte, em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. Adicionalmente, a Companhia entende que a decisão não possui aplicação direta ou reflexa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e continuará monitorando a evolução do assunto.

* * *